

Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no Território do Sisal - Bahia¹

Gracieda dos Santos Araújo

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) (IPPRI/UNESP)
e-mail: gracyeda@yahoo.com.br

Pedro Ivan Christoffoli

Professor da UFFS e do TerritoriAL; Membro do Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP)
e-mail: pedroivanc@gmail.com

Resumo

Neste artigo buscamos investigar a ação pedagógica desenvolvida pelas cooperativas de crédito rural do sistema Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar - ASCOOB, no Território do Sisal, tendo em vista a perspectiva da transformação social e a construção do desenvolvimento camponês. Apesar das contradições identificadas ao longo da pesquisa, é possível afirmar que a criação das cooperativas de crédito solidário no referido território foi fundamental para o acesso ao crédito por parte dos agricultores historicamente excluídos pelo sistema tradicional bancário. Entretanto, com base na perspectiva do materialismo histórico-dialético, não se pode afirmar que o acesso ao crédito, por si só, pode criar as condições necessárias para a transformação social desse território. Observa-se que o cooperativismo de crédito solidário no Território do Sisal avançou, mas dentro do limite das contradições do Estado, estabelecido pela modernização conservadora, vivida pelo país nas últimas décadas. A partir destes pressupostos apontamos os desafios postos à educação dos trabalhadores, na perspectiva de desenvolver projetos com potencial de transformação social.

Palavras-chave: Cooperativismo de Crédito Rural; Economía Solidaria; Educação. Sistema ASCOOB.

Un análisis de la dimensión educativa de las cooperativas de crédito rural solidario en el *Territorio do Sisal* – Bahía

Resumen

En este artículo buscamos investigar la acción pedagógica desarrollada por las cooperativas de crédito rural del sistema Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar - ASCOOB, en el *Territorio do Sisal*, teniendo en vista la perspectiva de la transformación social y la construcción del desarrollo campesino. Pese a las contradicciones identificadas a lo largo de la investigación, es posible afirmar que la creación de las cooperativas de crédito rural solidario en el referido territorio ha sido fundamental para el acceso al crédito por parte de los agricultores históricamente excluidos por el sistema tradicional bancario. Sin

¹ O conteúdo apresentado nesse artigo é resultado de uma pesquisa de mestrado realizada pelo Programa TerritoriAL/IPPRI, da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – UNESP, em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes e a Via Campesina. Órgão financiador: CNPq.

embargo, con base en la perspectiva del materialismo histórico-dialéctico, no se puede afirmar que el acceso al crédito, por sí solo, puede crear condiciones necesarias para la transformación social de ese territorio. Se observa que el cooperativismo de crédito solidario en el *Território do Sisal* ha avanzado, pero dentro del límite de las contradicciones del Estado, establecido por la modernización conservadora, vivida por el país en la última década. A partir de estos presupuestos señalamos los desafíos puestos a la educación de los trabajadores, en la perspectiva de desarrollar proyectos con potencial de transformación social.

Palabras-clave: Cooperativismo de Crédito rural; Economía Solidaria; Educación; Sistema ASCOOB.

An analysis of the educational dimension of solidary rural credit cooperatives in the Territory of Sisal – Bahia

Abstract

In this article we seek to investigate the pedagogical action, developed by rural credit cooperatives of the system Association of Cooperatives to Support the Family Farm Economy - ASCOOB, in the Territory of Sisal, taking into account the perspective of social transformation and the construction of the peasant development model. Despite the contradictions identified throughout the research, it is possible to affirm that the creation of solidarity credit cooperatives in that territory was fundamental for the access to the credit, by the farmers that were historically excluded by the traditional banking system. However, based on the perspective of historical-dialectical materialism, it can not be said that the access to credit, can create the necessary conditions for the social transformation of that territory. It is observed that the cooperativism of solidarity credit in the territory of Sisal advanced, but within the limits of the contradictions of the State, established by the conservative modernization, experienced by the country in the last decade. From these assumptions, we point out the challenges that the workers' education is subimitted, with a view of developing projects with potential for social transformation.

Keywords: Rural Credit Cooperativism; Solidarity economy; Education; ASCOOB system.

Introdução

Na região semiárida do Estado da Bahia, em especial no contexto do Território do Sisal, os processos educativos de educação não formal, conforme a perspectiva de Gohn (2012, 2002) e Freire (2005), apresentam-se como elementos estratégicos na luta dos camponeses. Estas experiências têm resultado em ganhos que vão desde a organização social, pelo acesso às políticas públicas e à cidadania, às ações de inclusão socioeconômica, no âmbito do cooperativismo de crédito rural. A capacidade de organização coletiva foi o grande segredo da experiência desenvolvida no Território do

Sisal, o que não teria se viabilizado sem a valorização dos processos de construção social do conhecimento dos homens e mulheres organizados que habitam esse espaço (MAGALHÃES, 2005). Tal processo de organização e luta, parece ter configurado um território camponês em disputa por sua definição e consolidação.

Segundo Fernandes (2008, p. 198) “o território é uma das categorias de análise da Geografia e recentemente tornou-se um conceito muito utilizado por diversas ciências que se ocupam dos processos de produção do espaço”. Em nível administrativo, o conceito de território vem sendo utilizado para referir-se aos espaços de governança no âmbito municipal-regional, demarcando um conjunto de municípios que fazem parte de uma microrregião, a exemplo dos Territórios da Cidadania. Pode ainda referenciar, para além da dimensão local/nacional, projetos de dimensão transnacional, como os do Agronegócio, que reúne “territórios de diversos países a partir do conjunto de projetos implantados ou a serem implantados para atender, principalmente, os interesses das transnacionais para a produção de commodities” (FERNANDES, 2008 p. 198).

O conceito de território, portanto, coloca-se como central na análise e proposição de políticas públicas, tanto para o campo, como para a cidade, promovidas pelos governos e influenciadas pelos movimentos socioterritoriais e também pelo capital local e pelas transnacionais. “Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades” (idem, 2008 p. 198). Esses projetos e os conflitos deles derivados, configuram diferentes territorialidades em disputa. Nesse sentido, a política de desenvolvimento do território camponês se dá no bojo da disputa entre dois projetos antagônicos: de um lado, o que defende os interesses da classe trabalhadora; do outro, o projeto do capital.

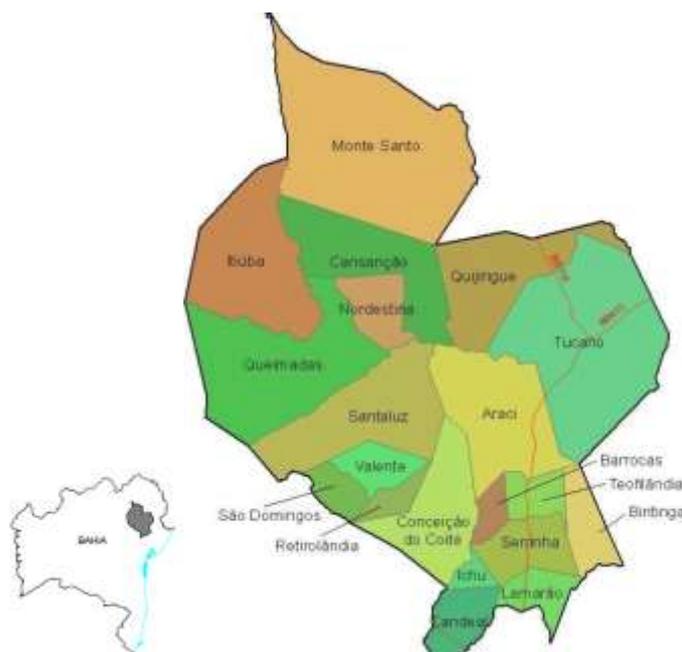
Analisando-se a trajetória de luta dos movimentos sociais no Território do Sisal, o trabalho de base desenvolvido pelas pastorais sociais da igreja, o posterior surgimento da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia - APAEB e, recentemente, a criação das cooperativas de crédito rural, em princípio, sugerem a construção de um projeto que se opõe ao paradigma capitalista, que subjuga e expropria a classe trabalhadora. Uma vez criado o seu próprio espaço de territorialização, os trabalhadores estariam construindo relações sociais favoráveis à defesa de interesses comuns, como maior poder de mobilização e de pressão, saindo, deste modo, do isolamento, da invisibilidade e exclusão.

Em 2003, esse acúmulo de lutas e conquistas da sociedade civil organizada no semiárido Baiano foi decisivo para transformar a região do sisal em território de identidade. Este fato se dá com a formalização do Conselho Territorial de Desenvolvimento Rural

Sustentável da Região Sisaleira – Codes Sisal, em 2002, primeiro conselho constituído em territórios instituídos no Estado da Bahia e no Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR.

O Território do Sisal se situa no Estado da Bahia, na região Nordeste do país. Conta com uma área de 21.256,50km² e é composto por 20 municípios. Sua população é de 582.331 pessoas, sendo que 333.149 vivem na área rural, ou 57,21% do total (MDA, 2015).

Mapa 1 - Território do Sisal no estado da Bahia



Fonte: Adaptado do PTDRS (2012).

Consideradas como uma das mais representativas experiências de organização social e econômica do semiárido baiano (MAGALHÃES, 2005), as cooperativas de crédito do Território do Sisal fazem parte de um conjunto de organizações sociais, dentre as quais se destacam: o Movimento de Organização Comunitária (MOC) e a APAEB; os grupos ligados à Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), as associações comunitárias, e outras instituições regionais² (BURIGO, 2006). Essas organizações surgiram como resultado da territorialização das lutas dos trabalhadores organizados do campo que, desde os anos 70, têm lutado por melhores condições de vida, nesse espaço historicamente marcado pela pobreza e pelo atraso socioeconômico.

² Também contribuíram nesse processo a Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal – FATRES e Centro de Apoio aos Interesses Comunitários de Santaluz – CEAIC.

O presente texto busca compreender o lugar das cooperativas de crédito do sistema ASCOOB, no processo de disputa e transformação social dos sujeitos do campo no Território. Busca compreender se essas organizações mantêm a perspectiva original de se configurarem como organizações de estabilização econômica, articuladas com os processos de transformação social. Aponta-se para a necessidade e importância do debate sobre a significância da luta dos trabalhadores, na transformação do mundo em que vivem, a partir dos processos educativo-organizativos, tendo a perspectiva socioeconômica como ponto de partida.

Assim, analisou-se, à luz do materialismo histórico – dialético, em que medida as cooperativas de crédito oriundas de processos participativos e da educação popular mantêm essa mesma perspectiva estratégica com o passar dos anos? Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com ênfase nas práticas de educação cooperativista de cooperativas singulares, integrantes do sistema ASCOOB, no Território do Sisal, buscando perceber o seu potencial, as suas contradições e possibilidades, enquanto um processo de educação popular, com vocação crítico-transformadora.

Cooperação, economia solidária e cooperativismo

Cooperação

Desde o início da civilização, o espírito da cooperação por meio da ajuda mútua tem se configurado em elemento relevante e indispensável ao processo de evolução da espécie humana. As formas de organização solidárias se fazem notar nos mais diversos tipos de associação e de formação grupal, seja na vida familiar, comunitária ou nas atividades do trabalho produtivo.

A cooperação, como forma de ajuda mútua, esteve presente ao longo de toda a história da humanidade, tanto na Antiguidade mais remota, quanto no tempo do Império Romano, na Idade Média e no início da Idade Moderna. Porém, a cooperação mais sistemática nasce com as cooperativas modernas. (SCHNEIDER, 2012, p.254).

Na perspectiva de Christoffoli (2012, p. 158), com base na obra *O Capital* de Karl Marx, “a cooperação baseia-se no princípio elementar de que a junção dos esforços individuais cria uma força produtiva superior à simples soma das unidades que a integram. Cria-se a força coletiva do trabalho”. Dessa forma, “o ser humano, na cooperação como

resultado do contrato social, supera seus limites pessoais, e o trabalho social gerado é sempre maior que a soma de todos os trabalhos individuais”. O autor ressalta ainda que no sistema de produção capitalista, a prática da cooperação como concentração de esforços para ampliação da produção é, também, extremamente estimulada e desenvolvida. Citando Bottomore (1993), Christoffoli (2012, p. 158) argumenta que “a busca por maximização da exploração do trabalho cooperado é que vai dar origem à administração tipicamente capitalista e extrair conhecimento dos trabalhadores em prol da valorização do capital”. No contexto do sistema de produção capitalista os trabalhadores possuem uma posição passiva, sendo considerados apenas como mercadoria, força de trabalho do capital, não possuindo direito de decisão. No campo socialista, por sua vez, a “autogestão socialista” é vista como uma das formas mais avançadas de cooperação. Nessa forma de cooperação os trabalhadores têm em seu domínio o poder de decisão sobre seu trabalho e do que é melhor para suas vidas.

No Brasil, sobretudo nas regiões de forte influência da cultura indígena e também dos quilombolas, a prática da cooperação e da solidariedade, ainda hoje, é um forte elemento da cultura dos camponeses e agricultores familiares. Laços de solidariedade e de fraternidade fazem parte da vida dos camponeses, e estão muito presentes nas mais diversas situações, desde as necessidades do trabalho aos momentos de festividade comunitários, através dos mutirões, das trocas de dias, dentre outros. Com base nesses valores, verifica-se o surgimento de sistemas organizativos e de diversas experiências de cooperação complexa, a exemplo das associações comunitárias, cooperativas agropecuárias, cooperativas de produção, cooperativas de trabalho, etc. Logo, os camponeses, também estão à frente de atividades de caráter econômico como na gestão de sistemas de cooperativas de crédito ou de serviços. (TARDIN, 2012, p. 181). Como enfatiza Vergés (2011), historicamente, o campesinato reúne um emaranhado de relações sociais que vai desde a vida em comunidade, aos processos de auto-organização e articulação sociopolítica, tornando possível o desafio da construção de uma nova forma de vida e de sociedade, e a negação dos valores do capital como único caminho a ser seguido.

Em Lênin (Academia de Ciências da URSS, 1961), o conceito de cooperação apresenta-se como um elemento do desenvolvimento da forma capitalista industrial de produção. Neste caso, a forma de cooperação é desenvolvida em contradição à economia camponesa, muito baseada na produção artesanal independente. Ao substituir o modelo artesanal antigo de se produzir, a industrialização da produção é responsável por determinar uma elevação da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, desencadear um acirramento das contradições geradas pelo modo capitalista de produção. Assim sendo, a cooperação dos pequenos produtores mercantis é vista como imprescindível para a

superação das contradições da economia, tendo em vista o desafio da transição do capitalismo para o socialismo.

A Economia Solidária e as finanças

Segundo Singer (2002), a economia solidária nasceu no contexto de crescimento do capitalismo industrial, como uma reação dos trabalhadores à exploração capitalista, e em face ao alarmante crescimento da pobreza entre os artesãos, provocado pela difusão das máquinas e do novo modelo de produção industrial/fábrica. A primeira grande experiência dessa forma de organização social e econômica foi contemporânea, na Grã-Bretanha, da Primeira Revolução Industrial, “precedida pela expulsão em massa de camponeses dos domínios senhoriais, que se transformaram no proletariado moderno” (SINGER, 2002, p. 24). Nesse contexto, os socialistas utópicos Claude Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1873), Pierre Proudhon (1808-1865) e Robert Owen (1773-1858) destacam-se como importantes idealizadores do cooperativismo do século XIX na Europa (com ênfase na França e Inglaterra). A Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, de 1844, é o exemplo mais clássico de cooperativismo moderno, sendo Owen o seu grande inspirador.

Dentre alguns exemplos emblemáticos de economia solidária, o caso do Grameen Bank (Banco da Aldeia), inspirado por Muhammad Yunus, em Bangladesh, é destacado por Singer (2002, p 75) como “uma resposta original e muito criativa as necessidades dos mais pobres”, uma forma de solidariedade financeira extraordinária entre os excluídos do mercado.

No Brasil, conforme Singer³, a economia solidária nasce com a crise dos anos 70, que atingiu toda a América Latina, resultado do choque do petróleo, e se consolida a partir da década de 1980. Tal fato levou os trabalhadores desempregados a se organizarem na forma de cooperativas, grupos de produção e, em alguns casos, assumirem o controle de empresas em processo de falência. Tudo isso através da prática da autogestão e como uma alternativa contra os efeitos das políticas neoliberais (JORNAL MST, 2015). Nesse contexto, começam a surgir grupos, organizações e movimentos sociais relevantes como Cáritas; Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão - ANTEAG, Ongs que

³ Entrevista com Paul Singer para o JORNAL MST. 2015. Disponível: <http://www.mst.org.br/2015/01/12/economia-solidaria-se-aproximadas-origens-do-socialismo-diz-paul-singer.htm> . Acesso em 20 mai. 2015.

viabilizam projetos comunitários alternativos de inclusão socioeconômica, junto aos trabalhadores empobrecidos, os quais são capitalizados por fundos rotativos.

Na década de 1990, o desenvolvimento da economia solidária no país contou com um elemento decisivo, que foi a criação de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. Assim, diversas redes e organizações solidárias são criadas, com o fim de articular e fortalecer as iniciativas de economia solidária, espalhadas por todo o país. Nessa perspectiva o predomínio da economia solidária sinaliza a possibilidade de uma sociedade com mais igualdade e menos competitiva.

Cooperativismo

As cooperativas surgem como elemento particular da resistência dos trabalhadores, nos primórdios do desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra que foi o *locus* onde esse modo de produção inicialmente se desenvolveu de forma avassaladora (CHRISTOFFOLI, 2010). Mais tarde, Karl Marx (2011) e Friedrich Engels (1877) discutiram os limites e possibilidades do cooperativismo como espaço de formação dos trabalhadores para os desafios da edificação de uma sociedade socialista.

No campo teórico, o cooperativismo se alimentou basicamente em duas vertentes, denominadas por Engels (1877) de “Socialismo Utópico e “Socialismo Científico”. O Socialismo Utópico é assim considerado pela defesa de ideais moralistas (espírito de fraternidade, voluntarismo e a crença otimista no ser humano), onde o sonho é o que move a construção da sociedade ideal; o Socialismo Científico, também conhecido por socialismo marxista ou marxismo, é a corrente teórica através da qual se permite ver e explicar a realidade à luz da concepção materialista da história. Ao contrário dos socialistas utópicos, os marxistas não se empenharam em inventar um novo modelo de sociedade, mas, sim, encontrar, dentro das contradições da sociedade capitalista, as forças sociais capazes de promover as transformações necessárias.

Para o socialismo científico o sonho de transformar a sociedade perpassa essencialmente pela questão da luta de classes. Desse modo, a ideia de um socialismo cooperativo/utópico não passaria de algo puramente romântico e enganador. Sob esse ponto de vista, as cooperativas não superaríamos o capitalismo, devendo seguir competindo com as empresas capitalistas. Nesse processo de competição, tenderiam a se mimetizar, assumirem formas e valores afins às empresas capitalistas concorrentes. Isso porque os critérios dominantes de eficiência em uma sociedade capitalista, são os critérios das empresas capitalistas. Tal fato vai implicar em definições, conscientes ou não, estratégias

imitativas, constantes pressões pela sobrevivência, etc., que levariam à perda gradual do horizonte de transformação social das cooperativas. Isso atingiria todos os ramos do cooperativismo, inclusive o de crédito.

Logo, considera-se que mesmo sendo a cooperativa, uma empresa de caráter coletivo, associativo, uma vez inserida num sistema capitalista, e conseqüentemente submetida às leis de mercado do sistema vigente, a mesma termina se obrigando a utilizar os mesmos métodos adotados por agremiações capitalistas, residindo aí uma de suas contradições. As considerações e críticas desenvolvidas pela vertente do socialismo científico se embasam nas reflexões de Marx (2011), Engels (1877), Rosa Luxemburgo (1990), Kautsky (1968), Lenin (1961), através dos quais analisamos as possibilidades e limitações do cooperativismo, no contexto do sistema capitalista de produção.

A cooperação pelo crédito no Semiárido Baiano

No contexto da região semiárida da Bahia, a cooperação tem sido uma das soluções encontradas por parte das famílias do campo, para resolver o problema do acesso ao crédito. Através da organização de cooperativas de crédito rural solidário, agricultores/camponeses, homens e mulheres da roça, excluídos pelos serviços dos bancos oficiais, encontram na cooperação e solidariedade financeira um instrumento fundamental para o enfrentamento da pobreza e exclusão no campo. A criação da primeira cooperativa de crédito do estado da Bahia foi no ano de 1994, no município de Valente (Sistema de Cooperativas de Crédito - SICOOB Coopere), a qual teve origem no crescimento de um fundo de crédito rotativo, criado pelos agricultores, através do programa chamado “poupança APAEB⁴” (MAGALHÃES, 2005). Na sequência, outras cooperativas de crédito nasceram dando suporte às centenas de famílias camponesas, antes excluídas pelo sistema financeiro convencional⁵.

De modo geral, as cooperativas de crédito rural do estado da Bahia nasceram vinculadas ao sistema tradicional/capitalista, representado pela Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, sendo que algumas delas estão filiadas ao sistema SICOOB de cooperativas. Anos depois, buscou-se construir outro sistema a partir dos

⁴ Na “Poupança APAEB” os pequenos agricultores depositavam pequenas quantias numa conta bancária única, administrada pela entidade, em um banco estatal. Esse investimento servia como capital de giro para beneficiar as atividades de interesse comum dos agricultores. (SILVEIRA, WANDERLEY; CUNHA, 2005).

⁵ O processo de exclusão bancária da população brasileira segue ainda sendo bastante elevado. Em 2015 apenas 60% da população adulta, economicamente ativa, possuía conta bancária (MANDL, 2015). No meio rural, devido à exclusão histórica dos pequenos agricultores ao crédito esse percentual é menor ainda.

princípios da vertente solidária, crítica ao sistema OCB⁶. Parte dessas cooperativas decidiu aderir ao nascente movimento cooperativista solidário, participando, deste modo, da criação do sistema ASCOOB, este que é fruto do processo de evolução e amadurecimento da ASCOOB Associação, entidade criada em 1999, no Estado da Bahia, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar através das ações do cooperativismo de crédito rural.

Oficializado em 12 de abril de 2008, o sistema ASCOOB CENTRAL⁷, coordenado por uma entidade sediada em Feira de Santana-BA, é capitaneado por uma cooperativa de segundo grau, com forma e natureza jurídica próprias, constituída para prestar assistência às suas cooperativas filiadas conforme Lei 5.764/1971. Conforme Bittencourt (2000, p.74) as Cooperativas centrais, ou cooperativas de segundo grau, atuam como prestadoras de serviços à suas filiadas, assumindo “caráter diretivo, normativo, fiscalizador e de desenvolvimento de seus sistemas cooperativos”. Parte de suas funções são definidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN. No plano nacional, a ASCOOB CENTRAL tinha como principal apoiador o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA⁸. O sistema central faz parte da União Nacional das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar Solidária (UNICAFES), e da Confederação Cresol, entidades voltadas ao fortalecimento do cooperativismo de crédito solidário e da agricultura familiar.

A Confederação Cresol representa as cooperativas vinculadas ao movimento da agricultura familiar e economia com interação solidária. Até meados de 2016 chamava-se Confesol (Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária). A história desse movimento iniciou-se no final da década de 80, quando pequenos agricultores e assentados da reforma agrária nas regiões Sudoeste e Centro-Oeste do Paraná e em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com dificuldades para acessar crédito de custeio e de investimentos, estruturaram o Fundo de Crédito Rotativo, financiado pela Agência de Desenvolvimento da Igreja Católica da Alemanha (Misereor) e administrado por entidades e movimentos pastorais, sindicais, não-governamentais, associativas e sem-terras (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2016).

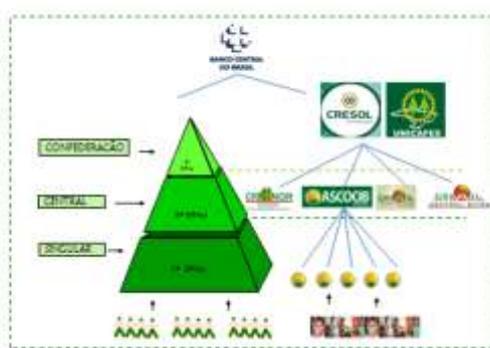
⁶ Entidade criada nos anos da ditadura civil-militar e que a partir do ano de 1971 até a constituição de 1988 foi a entidade máxima do cooperativismo brasileiro, por determinação legal (Lei 5764/71).

⁷ Primeira Cooperativa Central de Crédito do Brasil criada dentro das novas normas para a profissionalização do setor, estabelecidas na Resolução 3106/2003, “considerada, ainda, a primeira do Nordeste direcionada à agricultura familiar e à economia solidária” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2008).

⁸ O MDA era um ministério autônomo até a entrada do governo Temer, que assume o poder após o impeachment de Dilma Rousseff, em agosto de 2016. Com a entrada de Temer o MDA foi extinto, gerando sérias perdas à agricultura familiar/camponesa. Disponível: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso: 26 jun. 2016.

Fazem parte da Confederação Cresol as seguintes centrais e respectivas cooperativas singulares: Cresol Baser, com sede no Paraná; Cresol Central⁹, com sede em Santa Catarina; Cresol Central Sicooper, sediada no Rio Grande do Sul; Crehnor, com sede no Rio Grande do Sul; e Ascoob Central, com sede na Bahia. Os serviços prestados por essas cooperativas se localizam, em grande parte, em municípios com menos de 50 mil habitantes (PORTAL DO COOPRATIVISMO FINANCEIRO, 2016).

Organograma de Integração do sistema cooperativista de crédito solidário no Brasil



Fonte: Sistema ASCOOB (2016).
Adaptado pela autora.

Atualmente, o sistema ASCOOB atua em dezesseis territórios rurais do Estado da Bahia, Sergipe e Alagoas, com doze (12) cooperativas (09 filiadas e 03 conveniadas) e com pontos de atendimento em 35 municípios, atendendo cerca de 52.275 mil cooperados, com ativos totais superiores a R\$ 77 milhões, sendo que 37.250 sócios (80,32% do total) são atendidos pelas cooperativas do Território Sisal. Nesse território a ASCOOB está presente em dezesseis (16) municípios, atuando através das cooperativas singulares ASCOOB Sisal, com sede em Serrinha-BA; ASCOOB COOPERAR, com sede em Araci-BA e ASCOOB Itapicuru, sediada no município de Santaluz-BA¹⁰.

Na opinião de Bittencourt (2001), as experiências desenvolvidas pelas cooperativas de crédito rural solidário têm sido extremamente importantes para as camadas populares, no sentido de qualificar as discussões acerca da democratização do acesso a recursos financeiros oficiais e ao Sistema Financeiro Nacional. Nesse contexto, segundo destaca

⁹ O sistema Crehnor Central foi incorporado ao Sistema Cresol no ano de 2016. Entretanto, algumas de suas cooperativas mantiveram-se independentes do novo sistema.

¹⁰ Informações colhidas e sistematizadas pela autora através de comunicação feita junto a técnicos e diretores do Sistema ASCOOB Central, ao final do segundo semestre de 2015.

Búrigo (2006), as cooperativas de crédito rural (Credis), alternativas criadas em Santa Catarina e as cooperativas de crédito de integração solidária do Sistema Cresol, nascidas no sudoeste do Paraná, juntamente com as cooperativas ligadas à ASCOOB, fundadas no interior baiano, marcam os primórdios do cooperativismo de crédito solidário no Brasil ao longo da década de 1990.

A ASCOOB tem como missão “fortalecer a economia familiar solidária, por meio do cooperativismo de crédito, fomentando os processos de desenvolvimento local integrado, sustentável e solidário do estado da Bahia”¹¹. A atuação do Sistema se dá através de quatro áreas estratégicas: Gestão, Educação Cooperativista, Assistência Técnica Rural (ATER) e Microcrédito, sendo que suas atividades se subdividem conforme as competências de cada instância.

Em conformidade com o Estatuto Social do Sistema Central, cap. II, Art. 2º,

A ASCOOB CENTRAL tem por objetivo executar serviços administrativos, financeiros, econômicos, creditícios e educativos em benefício de suas Cooperativas Associadas, e a integração financeira do cooperativismo de crédito do estado da Bahia, Brasil, com o propósito de cumprir sua missão no fortalecimento das práticas de agricultura familiar, economia solidária e do desenvolvimento sustentável.

Em sua dinâmica de trabalho, a proposta da educação cooperativista é a de desenvolver ações de forma integrada, articulada, com os demais setores do Sistema, como é o caso das áreas de microfinanças e de ATER.

A Educação no âmbito do cooperativismo

Os princípios e a filosofia cooperativista, dentro de uma perspectiva ideológica, demandam a formação de seres humanos capazes de compreender e praticar seus preceitos de vida em união, de trabalho conjunto; a agir de forma coletiva em prol de um objetivo comum. Daí que surge a necessidade de difusão da educação cooperativista.

O princípio do empenho na educação cooperativa é também uma herança owenista. Ela deriva da ideia de que os homens são o que a educação (ou sua falta) faz deles. Para Owen, os vícios e o egoísmo são frutos de uma educação errada. Portanto, para que o cooperativismo seja atendido e apoiado em seus propósitos, é necessário que não só os cooperados, mas o público em geral seja educado em seus princípios ou, mais amplamente, em sua visão de mundo. (SINGER, 2002, p. 42).

¹¹ Institucional - Quem somos. Disponível: <<http://www.sistemaascoob.com.br/quem-somos.php>>. Acesso em: 17 out. 2014.

Nesta perspectiva, o ensino da doutrina cooperativa é defendido como indispensável à viabilidade das organizações cooperativadas. Tais princípios estão fundamentados na ideia da adesão Voluntária, Consciente e do Livre Acesso, (1º Princípio); Gestão e Controle Democrático por parte dos Sócios (2º Princípio); Participação Econômica dos Sócios (3º Princípio); Autonomia e Independência (4º Princípio); Educação, Treinamento e Informação Cooperativa (5º Princípio); Cooperação Intercooperativa e a Integração Cooperativa (6º Princípio); Preocupação com a Comunidade (7º Princípio) (SCHNEIDER, 2012).

No 5º princípio cooperativista, defende-se que as cooperativas devem promover educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários, de modo que os mesmos possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento de sua instituição. Para Schneider (2003), no contexto de concorrência e individualismo motivados pela sociedade capitalista, educar para a cooperação é uma tarefa desafiadora.

A educação e a capacitação são indispensáveis em qualquer instituição, mas nas cooperativas elas são questão de sobrevivência. Sem essas atividades, as cooperativas são desvirtuadas ou até absorvidas pelo sistema socioeconômico e pelo processo social dominante que é a concorrência e o conflito. (SCHNEIDER, 2003, p. 13).

Por meio das práticas educativas, acredita-se possível modificar atitudes comportamentais do sujeito da cooperação, de maneira a favorecer a transformação do “perfil do associado desinformado, desestimulado, desinteressado, não participativo, individualista, competitivo, para um perfil de associado informado, solidário, motivado e participativo” (SCHNEIDER, 2003, p.14).

Mesmo o Banco Central, entidade mor estatal, de gerenciamento capitalista do sistema financeiro, defende uma educação cooperativista, ainda que domesticada. Em seu projeto de Governança cooperativa, voltado ao estímulo das boas práticas de governança nas cooperativas de crédito, o Banco Central do Brasil (BCB) (2009, p. 109) defende que “a educação cooperativista é fundamental para desenvolver a cooperativa de crédito”, uma vez que diferente de uma instituição financeira tradicional, onde o usuário tem uma relação simplesmente de cliente. Já na cooperativa, o associado é proprietário e usuário. Ao defender a educação cooperativista, o Banco Central do Brasil, órgão responsável pela fiscalização e controle das cooperativas de crédito, também manifesta uma preocupação com a formação dos futuros administradores e conselheiros fiscais, responsáveis por dar continuidade às ações da instituição e zelar pelo seu bom desempenho. Aqui, convém ressaltar que, na condição de órgão regulador do sistema financeiro, a perspectiva de educação do BCB traz consigo a preocupação pelo desenvolvimento de uma educação

cooperativa, voltada para o fortalecimento da governança corporativa, não tendo, deste modo, o mesmo sentido da educação defendida pelos setores populares da sociedade.

Sobre a importância da educação nas cooperativas, Arizmendiarieta (1999, p. 96) impulsor das cooperativas de Mondragón (País Basco) argumenta:

Hay que vigilar no menos que la ejecución de los planes financieros la aplicación de los medios de promoción para que el potencial humano esté aplicado en las mejores condiciones. La educación y la formación son mucho más rentables que los saldos de anticipos y retornos. (ARIZMENDIARRIETA, 1999, p. 96).

Dessa forma, ressalta-se que o espírito cooperativo, solidário, não nasce espontaneamente nos indivíduos. Trata-se do resultado de um processo de formação da consciência. (SINGER, 1998). Pois, o fato de ser cooperativo não basta para que se consolide o cooperativismo. Como sustenta Marx (2011), o capitalismo também se baseia na cooperação, ainda que realizada de forma constrangida, sob o controle do capitalista e orientada à maximização do lucro.

Análise das práticas educativas das cooperativas singulares do sistema ASCOOB no Território do Sisal

O trabalho de Educação Cooperativista no Sistema ASCOOB inicia-se a partir do ano 2000, assessorado pelo Educador Popular Antônio Reis Oliveira de Jesus, o qual ficaria à frente do Departamento de Educação Cooperativista – DECOOP. Ao longo desse período, as Cooperativas de Crédito filiadas à ASCOOB passaram por um significativo processo de mobilização e de trabalho conjunto, cujo esforço resultou em uma estrutura organizacional relevante à ação político- pedagógica da educação cooperativista.

O DECOOP nasceu diante da necessidade de suprir a lacuna existente no âmbito da educação e da formação comum às Cooperativas filiadas à ASCOOB, uma vez que, apesar da existência de atividades realizadas nos seus primórdios, nas Singulares, como reuniões de base e palestras, o trabalho tinha um caráter localizado e descontínuo, não havendo um plano de ação sistêmico, estruturado, de educação cooperativista. Diante dessa constatação, decide-se pela criação de um setor específico de Educação, visto como estratégico, visando assim a efetivação de uma prática de trabalho mais sistêmico, sistemático e organizacional. Daí nasceu a Educação Popular Cooperativista da ASCOOB, trazendo como lema “Construindo um outro Cooperativismo”.

Ressalta-se que o contexto histórico vivido à época estava fortemente marcado pelas diversas experiências de luta, vivenciadas pelas organizações sociais e movimentos populares, por inclusão e justiça social, em diversas partes do Nordeste, fato que influenciou profundamente a prática das organizações cooperativistas da ASCOOB. Um exemplo disso foi a criação do Núcleo de Educação Popular do Sertão da Bahia –NEPSBA, considerado um importante espaço de participação social e de articulação de educadores e educadoras, comprometidos com as lutas dos movimentos sociais populares dos municípios sisaleiros (FARIA, 2014). O referido Núcleo também formava parte do trabalho desenvolvido pelos educadores da Rede de Educadores Populares do Nordeste e contava com apoio da Escola de Formação Quilombo dos Palmares (EQUIP).

Nesse contexto, tem-se a polarização de um debate que se estabelece basicamente entre dois paradigmas distintos, que, conforme Felício (2011, p. 6), decorre das “construções teóricas metodológicas que procuram interpretar a realidade através de duas visões de mundo, sendo que uma tem a perspectiva de superação do sistema capitalista, enquanto que a outra defende a sua manutenção”. Segundo Fernandes (2004) e Felício (2011), a questão do desenvolvimento agrário tem sido discutida, fundamentalmente, a partir de dois paradigmas: o paradigma da Questão Agrária e o do Capitalismo Agrário. Para o primeiro paradigma, a agricultura camponesa, caracterizada pela resistência e luta pela terra promove conflitos e desenvolvimento, assim como a agricultura capitalista do agronegócio, situada no campo do Capitalismo Agrário, “se territorializa, expropriando o campesinato, promovendo conflito e desenvolvimento” (FERNANDES, 2004, p. 6). Tais perspectivas estão explicitadas nas concepções teóricas, no debate paradigmático dos pesquisadores/intelectuais acadêmicos, mas que são determinantes nas tomadas de decisões políticas dos governos, no que diz respeito a posturas e posicionamentos em favor ou em contra a determinados grupos e interesses (FERNANDES, 2004).

No campo educacional, o paradigma do capitalismo agrário defende a educação como instrumento a serviço do capital, voltada à modernização capitalista da agricultura. Entretanto, de acordo com Leber e Motta (2012, p. 582), “o objetivo político dos setores dominantes ao buscarem submeter a educação à sua estratégia política vem sendo combatido principalmente por movimentos sociais”. Compreende-se que a defesa da educação desde outro projeto de desenvolvimento e de civilização é parte fundamental de um processo de territorialização contra-hegemônica e que se faz necessária ao enfrentamento da ofensiva capitalista.

Logo, no âmbito do debate paradigmático, a concepção dos Movimentos Sociais contrapõe a concepção hegemônica que concebe o campo como lugar atrasado, desertificado, lugar exclusivo apenas para negócio (*agribusiness*), ou seja, como produtor de

mercadorias para atender aos ditames do mercado (Araujo, 2007). Nesse contexto, insere-se o debate da educação do campo, como proposta educativa para os povos que habitam o território camponês, numa perspectiva de formação vinculada a um projeto histórico que busca a superação da sociedade de classes, a partir da transformação social. Logo, educação e desenvolvimento são indissociáveis.

Com base nesses pressupostos, as políticas de ação das cooperativas são, também, indutoras dos processos de desenvolvimento e, por sua vez, cumprem o papel de estimular ou conter determinados paradigmas. Nesse sentido, ao analisarmos o papel das cooperativas de crédito solidário, na promoção do desenvolvimento rural, não se pode deixar de problematizar a “noção de desenvolvimento, ampliando seu escopo como categoria analítica” (FREITAS; FREITAS, 2011, p.181). Assim, o crédito deve ser concebido como um meio “e não apenas como um fim”, para as organizações cooperativistas.

Em sua proposta de Educação, a ASCOOB defendia uma Educação a partir dos que nunca foram ouvidos, dos excluídos, uma educação que nasce e brota das lutas do povo¹². Com efeito, o DECOOP adotou como orientação um discurso e perspectiva metodológica baseados nos princípios da pedagogia do educador Paulo Freire, a partir da qual se buscou animar todo um processo de trabalho de base. A concretização da proposta político-pedagógica do setor de Educação Cooperativista da ASCOOB acontece a partir da política de criação dos Departamentos de Educação Cooperativista – DECS, dos Núcleos de Educação Cooperativistas - NUDECs e dos Núcleos Cooperativistas de Base – NUCOOBs. Por meio dessas instâncias organizativas, a política de educação cooperativista passou a ser estabelecida em cada Cooperativa filiada ao sistema ASCOOB. Para uma maior clareza dessa forma de organicidade, trataremos de conceituar cada instancia político-organizativa mencionada, suas respectivas competências, atribuições e papéis, a saber:

- DECOOP - Organismo vinculado diretamente à Diretoria Executiva da ASCOOB, responsável pela animação, motivação e coordenação dos trabalhos de EDUCOOP. Suas atribuições compreendiam a prestação de serviço de assessoria político - pedagógica aos DECs, NUDECs, NUCOOBs e à Rede de Educadores Cooperativista da ASCOOB - REDECOOP.
- DECs - Espaço criado nas Cooperativas Singulares, com o fim de viabilizar, a política de educação cooperativista da ASCOOB. Seu trabalho consistia em implementar processos pedagógico-metodológicos e educativos: cursos de cooperativismo,

¹² DECOOP/ASCOOB. Escritos EDUCOOP 02/06, elaborado pelo Educador Antônio Reis Oliveira de Jesus e dirigido aos educadores populares do Sistema ASCOOB (não datado). Fonte: Arquivos da ASCOOB Sisal, 2015.

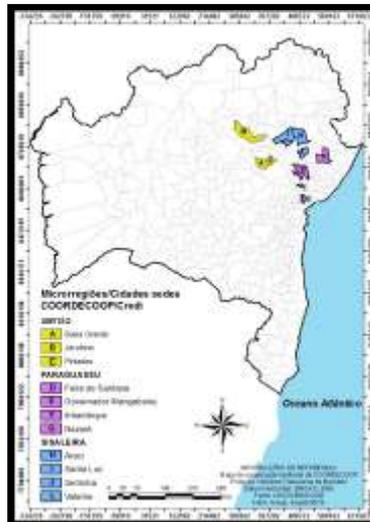
jornadas cooperativistas de base, programas de formação/educação de novos quadros de dirigentes, técnicos e lideranças sociais cooperativistas, bem como a promoção de debates e discussões com parceiros estratégicos. Tudo isso na perspectiva da inclusão socioeconômica das populações marginalizadas do Sistema Financeiro Nacional e da disseminação dos valores do cooperativismo solidário. A responsabilidade do DEC estava atribuída à figura do educador popular cooperativista (em geral um profissional da área de educação) e do Diretor de Educação da Cooperativa, normalmente escolhido entre um dos Conselheiros de Administração da respectiva Singular ou entre um de seus Diretores Executivos. As equipes dos DECs eram compostas ainda por técnicos em agropecuária e agentes de microfinanças, estes que atuavam de forma articulada e transversal, junto ao Departamento.

- NUDECs – Instâncias educativas–organizativas pensadas para aglutinar organizações, movimentos e instituições parceiras estratégicas das Cooperativas, nos municípios, objetivando, assim, uma maior aproximação destas com as organizações locais/regionais. Aos NUDECs cabe a missão de contribuir na disseminação da cultura da cooperação e da solidariedade, tendo em vista a perspectiva do desenvolvimento local/territorial. Nos núcleos reuniam-se representantes de grupos de mulheres trabalhadoras rurais, coletivos e pastoral da juventude rural, Centrais de Associações, Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, cooperativas de produção, representantes do comércio local, dentre outros, onde se discutia demandas, ações e atividades estratégicas, voltadas aos interesses sociais e econômicos dos trabalhadores.
- NUCOOBs – Instâncias educativas/organizativas voltadas à educação e a formação cooperativista da base social das Cooperativas. Os núcleos de base eram criados, em sua grande maioria, nas comunidades rurais, através do apoio das associações comunitárias ou grupo de produção solidária. As atividades de base (reuniões, cursos, encontros, oficinas), objetivavam a disseminação do cooperativismo de crédito rural solidária, bem como promover a participação e controle social dos sócios cooperados. Portanto, o papel do NUCOOB consiste sobretudo, em favorecer a construção do conhecimento relacionado à organização e funcionamento das cooperativas, de acordo com os princípios e doutrina cooperativista, bem como discutir as reais demandas e necessidades socioeconômicas dos agricultores familiares e de suas comunidades. Os núcleos de base configuram-se, portanto, como espaços de incentivo à participação de homens, mulheres e jovens, na vida da cooperativa e nos processos de fortalecimento da organização comunitária,

enquanto força motriz, para o desenvolvimento local/territorial e a transformação social.

Para consolidar a política de educação popular cooperativista no Sistema ASCOOP, foi necessário trabalhar a organização de uma rede de educadores populares cooperativistas das diversas cooperativas filiadas ao Sistema. Esses educadores também faziam parte de uma Coordenação Colegiada Cooperativista - COORDECOOP, instância de gestão da EDUCOOP. Dessa forma, as equipes se organizavam de acordo com a dinâmica de organização territorial de cada microrregião de atuação do Sistema a saber: Sisaleira, compreendendo as CREDIS de Serrinha, Araci, Valente e Itapicuru; Paraguassu, com as CREDIS Paraguassu, Nazaré, Feira de Santana e Credit/Inhambupe; e Sertão com as CREDIS Sertão/Pintadas, Baixa Grande e Credimonte/Jacobina. A composição de cada COORDECOOP compreendia a participação dos educadores e do diretor - responsável pela EDUCOOP de cada CREDI, com assento/ assessoria do educador - assessor do DECOOP / ASCOOP.

Mapa 2 – Microrregiões de atuação da COORDECOOP



Fonte: IBGE (2015). Adaptado por Ângelo Mouro

A organização através da rede de educadores populares cooperativistas, conformava uma instância estratégica, no sentido de tornar viável a construção de práticas devidamente planejadas e orientadas à luz de referenciais teóricos- metodológicos comuns, necessários ao cumprimento da missão assumida pelo sistema. Para isso, eram utilizados

diversos instrumentos de planejamento, sob o enfoque do Marco Lógico¹³, como análise SWOT¹⁴; Matriz de Marco lógico da EDUCOOP e Planejamentos Estratégicos.

A execução das atividades educativas da ASCOOB normalmente contava com a disponibilização de recursos oriundos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES. Conforme estabelece a Lei 5764/71, Art. 28, II, pelo menos 5% (cinco por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício anual das cooperativas devem estar destinados à realização de atividades de educação/formação de seu quadro social, colaboradores/técnicos, dentre outras ações de âmbito político-pedagógico, definidas pela instituição. Outra forma de apoio às ações de educação do Sistema consistia na execução de convênios destinados à realização de cursos de cooperativismo, através do MDA, além de contar com o apoio e parceria do Instituto de Cooperação Belgo-Brasileira para o Desenvolvimento Social –Disop Brasil.

Dentre as diversas atividades planejadas e executadas por meio do DECOOP ASCOOB, além dos cursos de cooperativismo e da nucleação da base social pelos NUCOOBs, destacam-se ainda as Jornadas Cooperativistas de Base e os programas de Formação de Novos Quadros Dirigentes Cooperativistas – FORMACOOBs.

Sobre as jornadas cooperativistas, estas tinham como objetivo principal consolidar o cooperativismo de crédito solidário e da agricultura familiar nas regiões e municípios de atuação das CREDIs. As jornadas ou missões cooperativistas (prática também inspirada na atuação da igreja popular) cumpriam a função de animar o cooperativismo de crédito junto às bases, na articulação dos trabalhadores organizados em associações, sindicatos, grupos de produção, dando visibilidade aos produtos e serviços oferecidos pelas cooperativas aos agricultores e pequenos empreendedores. Para isso eram utilizados os mais diversos recursos: reuniões comunitárias com associações, organizações religiosas e sociais locais; entrevistas em rádios locais; Panfletagem em feiras livres; Seminários de apresentação do PRONAF; Visitas a empreendimentos comerciais populares, dentre outros. Os FORMACOOBs, por sua vez, consistem em espaços educativos voltados à formação de novas lideranças sociais cooperativista – atividade que, na atualidade, segue sendo realizada apenas pela ASCOOB Sisal. Para isso a Cooperativa conta com o apoio e parceria da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, bem como das organizações sociais locais.

¹³ O *Marco Lógico* (também conhecido como *Logical Framework*, *LogFrame*, *MPP* - é um método desenvolvido pela USAID para elaboração, descrição, acompanhamento e avaliação de programas e projetos. Disponível: <http://www2.ufba.br/~paulopen/logtex.html>. Acesso em: 13 de dez de 2016.

¹⁴ O método SWOT, do termo inglês, consiste numa análise a partir dos critérios, forças, fraquezas, ameaças e oportunidades relacionadas à empresa. Disponível: <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VIIseminario/administracao/artigo23.pdf>. Acesso: 13 de dez de 2016.

Parceria Ascoob e Sebrae: O desmonte capitalista do modelo Ascoobiano de Educação Cooperativista

A partir do ano 2008, o processo da EDUCOOP ASCOOB começa a apresentar sinais de esgotamento, a partir da redução de recursos destinados às atividades de base e crescente apelo à ampliação das vendas de produtos e serviços, por parte dos quadros diretivos. Esse contexto, que coincide com o da criação do Sistema Central, desencadeia a necessidade de se provocar um grande debate sobre que cooperativismo e que educação se quer, e de que se necessita para o sistema, tendo em vista os novos desafios apresentados pela atual sociedade, fortemente marcada pela revolução da informação e do conhecimento.

Por outro lado, o novo cenário econômico do país, de crescimento da oferta de crédito, por parte de outras instituições (bancos estatais e privados, financeiras e outros sistemas cooperativos concorrentes), representa um elemento desafiador às cooperativas ASCOOB. Tal fato faz as cooperativas focarem o discurso e prática na questão do aumento da competitividade e na chamada sustentabilidade financeira, como forma de garantir sobrevivência dentro do mercado de crédito. Nesse sentido, chama atenção a emergência da preocupação no Sistema com o que se denomina de reordenamento do foco negocial e da estrutura financeiro-mercadológica das CREDIS, sendo apontados como sinalizadores dessa necessidade de reordenamento: 1- a inovação de produtos e serviços que auxiliem as CREDIS a se consolidarem nos mercados locais / territoriais, em função de novos nichos; 2- melhoria dos produtos e serviços existentes para reaquecimento da capacidade negocial e aumento dos resultados financeiros¹⁵.

De acordo com essa abordagem, percebe-se que a perspectiva da educação, idealizada anteriormente pela ASCOOB, é colocada no centro de uma crise estabelecida entre o ideal de uma ação política-organizada, como instrumento em favor do desenvolvimento socioeconômico dos trabalhadores, numa perspectiva de transformação social, e o fazer imediato focado, sobretudo, nos resultados financeiros.

No ano de 2010, as ações da EDUCOOP ASCOOB passam a sofrer uma série de limitações de ordem político-estrutural, culminando, deste modo, com o enfraquecimento do DECOOP, e recomposição da equipe de assessoria de educação do Sistema. Daí em diante, a educação cooperativista na ASCOOB ficaria por um tempo sob a responsabilidade

¹⁵ DECOOP/ASCOOB. Escritos EDUCOOP 02/06, elaborado pelo Educador Antônio Reis Oliveira de Jesus e dirigido aos educadores populares do Sistema ASCOOB (não datado). Fonte: Arquivos da ASCOOB Sisal, 2015.

de cada CREDI¹⁶. Constata-se que, entre 2010 e 2015, o Sistema manteve, de modo geral, algumas linhas de ação já existentes, porém com outro enfoque e formato, dando-se maior ênfase ao trabalho de educação para o empreendedorismo e educação financeira. Nesse contexto, a celebração de parcerias entre as CREDIS e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas na Bahia - SEBRAE passa a ser um elemento chave, dentro da dinâmica dos DECs. Como parte dessa iniciativa, as CREDIS incorporam à sua política de educação um novo enfoque metodológico, respaldado, nesse sentido, pelas experiências do SEBRAE, este que se configura a partir daí como um dos seus principais parceiros estratégicos¹⁷.

Constata-se que a relação de parceria como o SEBRAE, envolvendo as organizações das cooperativas de crédito da Economia Solidária, é uma relação que se dá no âmbito da política nacional de profissionalização da gestão das cooperativas. Além das cooperativas do Sistema ASCOOB, se inserem nessa conjuntura todos os outros sistemas integrantes da Confesol: Crehnor, Central Cresol Baser, Cresol Central, Cresol Central Sicooper.¹⁸ Assim, ao longo deste trabalho de pesquisa, observou-se que a conjuntura atual da educação cooperativista ascoobiana aponta para uma educação fortemente caracterizada pela lógica da educação financeira, proposta pelo Banco Central e pela visão do SEBRAE, a qual traz consigo a lógica capitalista da educação empreendedora. A esse respeito, serve como exemplo a disseminação de cursos e oficinas sobre os temas gestão empresarial, empreendedorismo rural, estratégias de vendas, marketing, controle de estoque, caixa, e qualidade de produtos, entre outros, cada vez mais comuns junto às bases das cooperativas de crédito.

Com base no ponto de vista de Corrêa (2010) acerca do modelo SEBRAE, é salutar que as organizações da economia solidária reflitam sobre as concepções teóricas implicadas nas políticas que atualmente são direcionadas ao microempreendedorismo no Brasil, a fim de que se possa entender, de fato, até que ponto tais políticas atentam para as reais necessidades dos sujeitos que fazem o empreendedorismo, tanto no âmbito individual como no associativo.

¹⁶ Com exceção da ASCOOB Sisal, o Setor de Educação das cooperativas passa por sérios problemas, quando não tem sido extinto, como é o caso da ASCOOB Cooperar. No entanto, atualmente se avalia como desfavorável essa decisão, uma vez que a Cooperativa não conseguiu avançar com a nova dinâmica.

¹⁷ A relação entre SEBRAE e ASCOOB ganha ênfase no ano de 2011, quando representantes da ASCOOB Central e representantes da Unidade de Acesso a Crédito do SEBRAE firmam parceria para execução do Projeto "Fomento às Boas Práticas em Cooperativas de Crédito.

¹⁸ Parceiros desde 2008, SEBRAE e Confesol firmaram parceria através de convenio (...). Disponível <<http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/Parceria-Sebrae-e-Confesol-vai-beneficiar-pequenos-neg%C3%B3cios>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

Compreende-se que as concepções do empreendedorismo SEBRAE apontam na direção da reprodução de práticas e posturas que, ao contrário de favorecer a construção da consciência crítica, a capacidade de questionamento e transformação social das realidades injustas, promovem a ideologia da manutenção da ordem capitalista. Tudo isso muito bem respaldado no discurso da busca de oportunidades de negócio, do aumento da lucratividade, da eficiência empresarial. No entanto, sendo sutilmente disseminadas e reproduzidas práticas favoráveis à manutenção de relações de dominação e de controle, muito bem exercidos pelo mercado capitalista. Também via disseminação de valores individualistas (embutido na ideologia do empreendedorismo) e estabelecimento de padrões referenciais capitalistas para a gestão das cooperativas.

Nesse sentido, com base em Villas Bôas (2012), constata-se que o cooperativismo de crédito solidário, no Território do Sisal, avançou, mas dentro do limite das contradições do Estado, estabelecido pela modernização conservadora, ou “revolução passiva”, vivida pelo país, após a eleição do governo Lula. Nesse contexto, as organizações cooperativistas do Sistema ASCOOB, ao deixarem de atuar no campo da educação popular, incorreram no erro de dissociar a dimensão da cultura e da formação, das dimensões política e econômica, adotando, assim, “os modelos de cultura administrados pela hegemonia” (VILLAS BÔAS 2012, p.155).

Considerações finais

De acordo com nossas observações, afirma-se que as lutas e conquistas das décadas de 80, 90, de direitos sociais universais para os trabalhadores, para as populações excluídas, marginalizadas do campo e da cidade, dentro do movimento cooperativista de crédito, no Território Sisal, deram lugar à naturalização do discurso da inclusão econômico-financeira. Tal fenômeno se disseminou a partir de um processo longo de despolitização das lutas sociais e da ação dos governos populares junto ao Estado Brasileiro. Os agrupamentos populares e de esquerda, teriam em certa medida, caído num conto de sereia, que anunciava omeletes sem quebras de ovos, processos de transformação social profunda via Estado capitalista, sem traumas, sem lutas, sem confrontos.

A apropriação da proposta de educação do SEBRAE, por parte das cooperativas de crédito da economia solidária, traz sérias implicações ao projeto das cooperativas, enquanto instrumento de luta e organização dos trabalhadores, sendo uma delas a desarticulação da proposta da educação popular, enquanto proposta de educação crítica libertadora/transformadora. O discurso da educação financeira e para o empreendedorismo,

bem como da sustentabilidade econômica das cooperativas, traz elementos contundentes da desarticulação dos processos de educação numa perspectiva popular, já em curso, o que reduziria a educação a ação de marketing, uma adestramento para a venda de produtos e serviços, e não mais como educação popular, capaz de promover as condições necessárias à formação de sujeitos críticos e participativos, que interfiram na realidade, conforme propõe o método de educação popular de Paulo Freire.

O próprio fato de tal processo ter se dado sem traumas e lutas aparentes dentro do Sistema Ascoob, encontra uma justificativa, ao menos parcial, por um pano de fundo nacional de despolitização das ações do governo, de desmobilização das lutas sociais e sindicais, da opção pela conciliação de classes como estratégia global de ação dos governos democrático-populares do período. Tal ideologia disseminou-se ao longo de toda a cadeia de movimentos e organizações do campo popular, desarmando-as para o enfrentamento ideológico interno, inicialmente, e no conjunto da sociedade (processo de golpe institucional) posteriormente. Entretanto a explicação principal recai em fenômenos internos, no crescimento de uma tecnoestrutura moldada ideologicamente nos valores e parâmetros de avaliação de eficiência dominantes no sistema financeiro, portanto parâmetros capitalistas de eficiência. Essa ideologia é fortalecida devido à necessidade objetiva de que as cooperativas apresentem resultados positivos, que entreguem sobras ao final do exercício, que cresçam para sobreviver.

A estrutura organizacional e a concepção por detrás da proposta educacional do Sistema Ascoob, no período inicial, pode tranquilamente ser caracterizada como uma das mais avançadas do país (senão a mais avançada), desde uma perspectiva do cooperativismo popular. Entretanto, o desfecho do processo certamente trouxe à tona profundas contradições entre uma visão militante do cooperativismo, voltada à organização de base, à promoção da formação politizadora e da autogestão cooperativa, e a perspectiva de acomodação do sistema ASCOOB ao sistema financeiro capitalista nacional, com suas perspectivas tentadoras mas ilusórias, em um período histórico de domínio do capital financeiro sobre o conjunto da sociedade. Portanto, talvez o principal equívoco da proposta de educação popular do Sistema Ascoob em seu formato original tenha sido o de não ter sido capaz de efetuar a leitura adequada das condições concretas em que se estava dando o enfrentamento entre as visões popular e capitalista de cooperativismo dentro do próprio sistema. Ou de a ter feito, mas não ter conseguido criar as condições organizativas e políticas de enfrentamento dessa concepção nos espaços de poder dentro do sistema

Conforme Meszáros (2008), uma educação que se oriente para além da perspectiva do capitalismo é um requisito essencial para os produtores livres e associados, a fim de que estes possam exercer o controle consciente da reprodução metabólica social. Nessa

perspectiva, a educação tem como função transformar os trabalhadores em agentes políticos ativos, que usam a palavra como ferramenta para transformar a sua realidade. Logo, fazer avaliação das práticas e dos processos de formação/educação dos trabalhadores é imprescindível, pois, quando a educação deixa de ser crítica, problematizadora, ela pode ser utilizada para favorecer a utilização da realidade não para modificá-la, mas para ser utilizada em proveito do capital.

Referências

ACADEMIA DE CIENCIAS DA URSS (1961). **Manual de Economia Política**. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

ARAÚJO, M. N. R. de. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto da luta pela terra**. 2007. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador.

ARIZMENDIARRIETA, J. M. **Pensamientos**. [S.l.]: Gráficas Lizarra; Navarra, 1999.

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Governança Cooperativa: diretrizes e mecanismos para o fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. Brasília: BCB, 2009.

BITTENCOURT, G. A. **Cooperativas de Crédito Solidário**. Constituição e Funcionamento. Brasília, DF: NEAD, 2001.

_____. **Cooperativismo de crédito solidário: constituição e funcionamento**. São Paulo: ADS/CUT, 2000.

BÚRIGO, L F. **Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de Crédito rural solidário no Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina. 2006.

CORRÊA. A. da S. Análise do modelo SEBRAE à luz das contribuições da Economia Solidária. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, RS, v. 23, set.-dez. 2010.

CHRISTOFFOLI, P. I. Cooperação Agrícola. In: CALDART, R.S et al. (Orgs). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

_____. Trabalho associado e mudança social: uma leitura a partir das experiências do MST. In: RI, N. M. D. (Org.). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. Associação das Universidades Grupo Montevideú, São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevideú: Editorial PROCOAS, 2010.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Edição eletrônica, 1877. Disponível: <file:///C:/Users/LuisArthur007/Desktop/DISSERTAÇÃO%202015/Leituras/socialismoutopico%20-%20.pdf>. Acesso: 27/02/2015.

FARIA, E. M. da S. de. **A luta social ensina: o direito à educação na vida de mulheres e homens sisaleiros - assentamento Nova Palmares - Conceição do Coité – Bahia.** 2014. Tese (Doutorado em Educação), Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Salvador-BA, 2014.

FREITAS, A. F. de; FREITAS, A. F. de. As cooperativas de crédito rural solidárias como indutoras do desenvolvimento local. **Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, n. 1, p. 160-187, 2011.

FERNANDES, B. M. Sobre a Tipologia de Territórios. In: SAQUET; M.A; SPÓSITO, E.S. **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** 2004. Disponível: <<http://mstemdados.org/sites/default/files/FERNANDES%202004%20quest%C3%A3o%20agr%C3%A1ria%20conflitualidade%20e%20desenvolvimento%20territorial.pdf>>. Acesso: 18 mai. 2015.

FELÍCIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário.** 2011. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente-SP.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira.** 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

GOHN, M da G. **Movimentos sociais e educação.** 8. ed, São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Educação Popular na América Latina no novo milênio: impactos do novo paradigma.** ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.4, n.1, p.53-77, dez. 2002. Disponível: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/1802/1644>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

JORNAL DO MST. **Economia solidária se aproxima das origens do socialismo, diz Paul Singer.** 2015. Disponível: <<http://www.mst.org.br/2015/01/12/economia-solidaria-se-aproxima-das-origens-do-socialismo-diz-paul-singer.html>> . Acesso em: 20 mai.2015.

LEBER, R.; MOTTA, V. Políticas Educacionais Neoliberais e Educação do Campo. In: CALDART, R.S. et al. (Org.). **Dicionário de Educação do Campo.** Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução.** 1900. Disponível: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/rosa_luxemburgo.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2015.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** São Paulo: Gráfica Editora Laemmert. S.A, 1968.

MARX, K. **O Capita: crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. (v.1)

MAGALHÃES, R. S. **Economia, Natureza e Cultura**: uma visão histórica e interdisciplinar dos sertanejos, dos mercados e das organizações no sertão da Bahia. São Paulo, 2005. Dissertação de Mestrado (Ciência Ambiental), Universidade de São Paulo – USP.

MDA. **Território da Cidadania do Sisal – Bahia. Portal da Cidadania**. Disponível: <http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/dosisalba/onecommunity?page_num=0>. Acesso em: 10 fev. 2015

MÉZARÓS. I. **A Educação para além do capital**. 2. ed. Boitempo: São Paulo, 2008.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Aramo, 2002.

_____. **Uma utopia militante**: Repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

SILVEIRA, D.; WANDERLEY, G.M; CUNHA, R.S. **Uma Surpresa no Sertão**: A Experiência da APAEB e da COOPERE. Rio de Janeiro: REDEH, 2005.

SCHNEIDER, J. O. Pressupostos da Educação Cooperativista; a visão de sistematizadores da Doutrina do Cooperativismo. In: SCHNEIDER, J. O. (Org). **Educação Cooperativa e suas práticas**. Brasília: UNISINOS, 2003.

_____. A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. **Cadernos Gestão Social**, v.3, n.2, jul./dez. 2012, p.251-273.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **Confederação Cresol**. 2016. Disponível: <http://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/cenariobrasileiro/dadosconsolidados-dos-sistemas-cooperativos/confesol/>. Acesso em: 13 dez. 2016.

PTDRS (2012). Mapa do Território do Sisal no estado da Bahia, em 2012.

TARDIN, J. M. Cultura Camponesa. In: CALDART, R.S. et al. (Org.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

VERGÉS, A. B. **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

VILLAS BÔAS. R. L. Novo ciclo de modernização conservadora: Indústria cultural e reconfiguração da hegemonia. **REBELA**, v. 1, n. 3, fev. 2012.

Recebido para publicação em 15 de setembro de 2016.

Devolvido para revisão em 09 de outubro de 2016.

Aceito para publicação em 10 de dezembro de 2016.